

## **Presidente da OAB pede ao governo apoio para votação da reforma política**

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, pediu apoio ao governo na votação da reforma política que está na Câmara dos Deputados. Ele se encontrou com o Ministro da Justiça, Tarso Genro, que prometeu levar o assunto ao Ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia.

"A reforma política só sai no país com dupla mobilização. Uma mobilização das lideranças políticas no Congresso e uma mobilização na sociedade. Porque uma reforma política não será realizada apenas contrastada com os interesses dos atuais partidos e das atuais lideranças, que são interesses legítimos", disse o Ministro Tarso Genro.

Para Cezar Britto, o momento é ideal para a reforma. Ele deu como exemplo o financiamento público de campanha: "Não podemos perder essa oportunidade histórica de votar a reforma política."

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) pediu ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ação mais incisiva no processo de elaboração da reforma política. Lula disse que, na condição de presidente, tem certas restrições ao falar da reforma política.

Entretanto, afirmou o presidente, "acho que ela [reforma política] é imprescindível para que a gente possa arrumar o país. É preciso acabar com a hipocrisia. Se queremos moralizar, precisamos ter coragem de discutir o financiamento público. É mais barato, mais fácil de controlar e o cidadão eleito não fica devendo favor a ninguém".

A previsão é que a reforma política volte à discussão na Câmara em agosto.

Fonte: Agência Brasil

## **Receita adia para 15 de agosto prazo de adesão ao Simples Nacional**

Os micros e pequenos empresários que querem fazer parte do Simples Nacional, também conhecido como Supersimples, ganharam um tempo extra para a adesão ao novo sistema de recolhimento de impostos: a Receita Federal prorrogou a data limite para 15 de agosto.

Também termina em 15 de agosto o prazo para os empresários que têm direito a serem incluídos no novo regime pedirem o cancelamento da migração automática.

Segundo a Receita, 1,33 milhões de micro e pequenas empresas passaram instantaneamente para o Simples Nacional quando o novo sistema entrou em vigor, no dia 1º.

Podem fazer parte do Simples Nacional as empresas que faturem até R\$ 2,4 milhões por ano e não tenham dívidas com a União, estados e municípios. No regime anterior, Simples Federal, esse limite era de R\$ 1,2 milhão e não incluía os tributos estaduais, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e municipais, como o Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU).

Para as empresas devedoras que desejem aderir ao Simples Nacional, a Receita oferece a oportunidade de parcelamento especial dos impostos em 120 meses. O pagamento da primeira parcela, que também passou para o dia 15.

De acordo com a Receita, até 30.07 foram recebidos 1.474.480 pedidos de adesão ao Simples Nacional. Desse total, 1.246.381 têm pendências fiscais, 92.200 apresentaram problemas cadastrais e somente 121.169 tiveram o pedido aprovado. Além disso, 14.730 empresas aguardam análise dos estados e municípios.

O novo regime, ainda segundo a Receita, vai resultar em menos burocracia e reduzir a carga tributária às micro e pequenas empresas. No Simples Nacional, em vez de pagar vários impostos, com guias, cálculos e datas diferentes, o empresário desembolsa uma parte da receita bruta, que é redistribuída para a União, os estados e os municípios. A Receita, no entanto, aconselha cada empresário a avaliar se a adesão ao novo sistema será vantajosa.

Fonte: Agência Brasil

## **STF discute proposta da OAB de instalar Juizados em aeroportos**

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, encampou a proposta apresentada pelo presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Cezar Britto, de instalação dos Juizados Especiais dos Aeroportos, para acolher e processar "in loco" reclamações de usuários dos transportes aéreos contra companhias aéreas e os serviços aeroportuários. A ministra comunicou hoje a Britto que reunirá na próxima semana as empresas aéreas e representantes de Tribunais de Justiça para discutir medidas para implantação desses Juizados. Convidou o presidente nacional da OAB a participar da reunião, que submeterá a idéia também ao ministro da Defesa, Nelson Jobim; a quem já solicitou audiência para tratar da criação dos Juizados Especiais dos Aeroportos. Britto ressaltou que essa instituição, a exemplo do que já acontece nos Juizados de Trânsito, em que as reclamações podem ser resolvidas imediatamente, conciliando ou arbitrando os direitos das partes, pode ser solução eficaz para a crise aérea que se arrasta há mais de dez meses, do ponto de vista do ressarcimento dos passageiros de prejuízos. "É uma forma eficiente de ressaltar a experiência do Poder Judiciário na preservação da dignidade da pessoa humana, solucionando os litígios e reclamações de passageiros contra companhias aéreas ou empresas estatais de serviços aeronáuticos", assegurou Britto. A idéia de implantação urgente de Juizados Especiais nos aeroportos brasileiros, para que passageiros possam ajuizar reclamações quanto a serviços das companhias aéreas e pedir ressarcimento pelos prejuízos sofridos, foi sugerida a Britto pelo presidente da Seccional da OAB do Rio de Janeiro, Wadih Damous, que já a defendeu junto ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

Fonte: Agência Brasil

## **Congresso deve votar neste semestre licença-maternidade de seis meses**

A recomendação do Ministério da Saúde é clara: as mães devem amamentar seus bebês no mínimo até os seis meses de idade. Mas a licença-maternidade de quatro meses, adotada no Brasil, põe em risco essa regra tão importante para a saúde dos recém-nascidos. Para corrigir essa contradição, o Congresso Nacional está discutindo o Projeto de Lei 281/05 (PLS 281/05), que prevê a possibilidade de prorrogação da licença-maternidade dos atuais quatro para seis meses.

Elaborado em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), o projeto propõe a ampliação facultativa da licença-maternidade de 120 para 180 dias na iniciativa privada. Pela proposta, os empresários privados não vão ser obrigados a conceder os dois meses adicionais às trabalhadoras, mas, caso decidam fazê-lo, poderão deduzir do Imposto de Renda o dinheiro gasto nos dois meses a mais. A adoção da medida fará parte do Programa Empresa Cidadã.

No caso do serviço público, uma emenda ao projeto será proposta pelo relator, senador Paulo Paim (PT-RS), para autorizar o Executivo a implantar a licença-maternidade de seis meses no serviço público. Está sendo analisada ainda uma proposta para prorrogar a licença-paternidade dos atuais cinco para 15 dias, e uma outra que incentiva as micros e pequenas empresas (que já gozam de isenção fiscal) a aderir ao Programa Empresa Cidadã.

A senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, apresentou o projeto de lei ao Congresso Nacional em 2005, e espera que o projeto seja votado até o final do ano.

No Brasil, cinco estados já adotam a licença-maternidade de seis meses para funcionárias públicas: Ceará, Pernambuco, Amapá, Rondônia e Paraíba. Outros 49 municípios também já concedem o benefício.

Fonte: Agência Brasil